

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	18
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	20
10.5 - Políticas contábeis críticas	22
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	38
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	40
10.8 - Plano de Negócios	41
10.9 - Outros fatores com influência relevante	42

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Riscos de a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de Juros

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso nos negócios e no valor de mercado das ações da Companhia.

O mercado financeiro internacional influenciou diretamente no mercado financeiro nacional, principalmente no segundo semestre de 2012, onde a incerteza decorrentes da ausência de um acordo para se evitar o abismo fiscal norte-americano, trouxe volatilidade ao mercado mundial. Conforme Relatório de estabilidade financeira publicado pelo Banco Central do Brasil em 03 de Abril de 2013, o Banco Central do Brasil (BCB) prosseguiu até outubro de 2012 em sua estratégia de afrouxamento da política monetária iniciada em agosto de 2011. Após duas reduções consecutivas de 0,5 ponto percentual (p.p.) na meta para a taxa Selic¹³, em julho e agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) abaixou em 0,25 p.p. a meta para a taxa Selic em outubro, mantendo-a constante na mínima histórica de 7,25% desde então. Ao longo desse semestre, as taxas de juros no mercado futuro acompanharam a trajetória declinante da taxa básica, com exceção das taxas para os prazos intermediário e longo, que subiram acentuadamente entre 24 de julho e 23 de agosto. Entre os fatores que contribuíram para essa alta destacam-se, no âmbito externo, o posicionamento contundente do presidente do BCE de preservar a zona do euro; a quebra de safra de grãos nos EUA, com consequente pressão sobre os preços das commodities agrícolas; e o aumento do preço do petróleo, ambos com potenciais impactos inflacionários; e, internamente, os sinais de recuperação da economia. A recuperação do nível de atividade econômica no semestre, entretanto, mostrou-se menos intensa do que se antecipava, a despeito da continuidade do afrouxamento monetário promovido pelo BCB – que, no entanto, dada sua ação defasada e cumulativa, ainda não impactou integralmente a demanda doméstica – e da expansão do crédito. A previsão de crescimento foi sucessivamente revista para baixo e houve frustração na arrecadação tributária, o que, aliada à concessão de incentivos fiscais, reduziu o superávit primário do setor público em relação ao ano anterior. A inflação mensal elevou-se no segundo semestre de 2012, o que não impediu que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrasse o ano em 5,8%, recuo de 0,7 p.p. em relação a 2011. As expectativas para a inflação mantiveram-se acima do centro da meta de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A elevação das expectativas inflacionárias e o aumento de incerteza no mercado internacional favoreceram a elevação das taxas de juros em dezembro, principalmente para prazos intermediários.

Exclusivamente quanto ao âmbito interno, as medidas governamentais para controlar a inflação e a especulação relativa a possíveis medidas com relação à inflação podem também contribuir significativamente para as incertezas acerca da economia brasileira e diminuir a confiança dos investidores no Brasil, afetando adversamente nossa capacidade de acesso às fontes de financiamento, incluindo os mercados de capitais internacionais. As ações futuras do Governo Federal, incluindo redução das taxas de juros, intervenção no mercado cambial e ações para ajustar ou fixar o valor do real, podem aumentar a inflação e afetar adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo. Caso o Brasil enfrente altas taxas inflacionárias no futuro, cenário hoje remoto, podemos não conseguir repassar os preços aos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre nossa estrutura de custos, o que aumentaria nossos custos e reduziria nossas margens líquidas e operacionais.

As medidas decretadas pelo governo brasileiro para controlar a inflação, principalmente pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central” ou “BACEN”), frequentemente envolvem a manutenção de uma política monetária estrita, incluindo altas taxas de juros, com a consequente restrição da disponibilidade de crédito e o crescimento da economia brasileira. Caso na hipótese de um descontrole inflacionário a decisão do governo seja aplicar o amargo remédio de aumento das taxas de juros, a consequência para a Companhia será a elevação das despesas de juros pagos pelas debêntures e financiamentos de capital de giro com um impacto significativo em nossos resultados líquidos.

Na data deste Formulário, as dívidas da Companhia em reais são atreladas principalmente à taxa CDI mais spread. Na controlada indireta Porto Itapoá o total da dívida (no fechamento do balanço de 2012) estava associada ao IPCA. Na data de 31 de dezembro de 2012, a Companhia tinha a seguinte composição de dívida:

Dívidas empresas 100% controladas – 152,5 mm todas atreladas a CDI + spread
Dívidas contratos vendedor (fornecedor Scania) – 86,7 mm atrelada a CDI com redutor
Dívida controlada indireta Porto Itapoá – 484,8 mm atrelada a IPCA + 11% aa – desse total a companhia consolida 42%.

Analizando os cenários econômicos os quais a companhia não controla, resta ainda comentar sobre variações cambiais. Tendo a moeda norte americana como pano de fundo central, a atual globalização das economias aliada a maior exposição da economia brasileira nas transações internacionais faz com a volatilidade do Real frente as outras moeda aumente bastante. Um cenário de forte desvalorização do real frente a moeda americana pode trazer impactos nos negócios de caminhões pesados uma vez que parte dos insumos são importados. Cabe ressaltar, porém, que para exportações do grupo, madeira processada, haveria um ganho de competitividade.

Enquanto no mercado externo as montadoras pisam no freio em suas linhas de produção em decorrência da crise da Europa, no Brasil o setor se preocupa com os desdobramentos que a nova legislação “Proconve P – 7 (euro V) pode trazer, tanto no aumento do custo quanto na recepção dos consumidores. A expectativa é que absorvido o impacto inicial, em 2012, o mercado mantenha seus índices próximos aos de 2011.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a riscos relevantes****a. Riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia adota a política de hedge para suas operações de exportação, através da contratação de ACC (adiantamento de contratos de câmbio)

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota como norma a não exposição de seus passivos e ou ativos a descasamento de moedas, haja vista a maioria de suas receitas serem em Reais.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos para proteção patrimonial.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não há parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial.

f. Estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos

A Companhia não possui estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício**

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.1 Comentários dos diretores/10.1.1 Condições financeiras/patrimoniais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver suas atividades e para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**i) hipóteses de resgate**

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável em relação ao resgate de ações em razão da Companhia não possuir ações resgatáveis.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O ciclo operacional e financeiro da Companhia contempla prazos de recebimentos e pagamentos similares, uma vez a principal origem de receitas do grupo é proveniente de venda de veículos pesados marca Scania, peças e serviços, que coincidem com os principais pagamentos realizados, destacadamente, fornecedor Scania, Petrobrás e lubrificantes Shell. O ciclo operacional da Companhia é de 55 dias e o ciclo financeiro de 60 dias.

O nível de endividamento em 31 dezembro de 2012, de curto e de longo prazo, no valor de R\$ 442.929, dos quais R\$ 196.239 correspondem à consolidação (42%) do Porto, foi superior às disponibilidades que montaram R\$ 39.963. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia medida pelo EBITDA ajustado Lucro antes de Juros, Impostos e Depreciação & Amortização) foi de R\$ 77.081, sendo que desse montante (R\$ 2.772) refere-se à consolidação do Porto.

As principais fontes de recursos da Companhia são (i) o caixa gerado por meio das atividades operacionais; e (ii) empréstimos e financiamentos bancários de curto prazo para financiamento de capital de giro.

O EBITDA, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 77.081 milhões (computado nesse valor - R\$ 2.772 refere-se ao Porto) e o resultado financeiro líquido, no mesmo período, foi de R\$ 87.070 milhões (computado nesse valor R\$ 36.677 refere-se ao Porto). O saldo da dívida

líquida, composta por empréstimos e financiamentos e títulos a pagar deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 402.966 milhões, sendo que desse montante, R\$ 182.344 refere-se à consolidação da dívida líquida do Porto.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

Nossa principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes é a nossa geração própria de caixa operacional. Também utilizamos linhas de crédito de bancos e operações de mercado de capitais como alternativas de financiamento. Para maiores informações acerca dos nossos contratos financeiros e do nosso endividamento, vide seção 10.1(f) deste Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, tais como (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, os contratos de empréstimos e financiamentos somavam R\$ 488.356 milhões, sendo que R\$ 196.551 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R\$ 291.805 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo. Deste montante, R\$ 199.892 referem-se a empréstimos da empresa Itapoá Terminais Portuários S/A, que consolida 42% na Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o endividamento bancário foi de R\$ 442.929 e R\$ 488.356 milhões, respectivamente, representando 79% e 79% (2012) e 74% e 88% (2011) do passivo circulante e não circulante, que, somados, totalizaram R\$ 561.650 milhões em 2012 e R\$ 595.526 milhões em 2011.

Desse montante, respectivamente a 2012 e 2011, R\$ 203.634 e R\$ 208.520 referem-se a empréstimos da empresa Itapoá Terminais Portuários S/A.

Contratos Financeiros

A seguir apresentamos uma breve descrição dos principais termos e condições dos contratos de empréstimo bancário celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2012.

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	Modalidade	Vencimento Final	Controladora		Consolidado	
					31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Moeda Estrangeira Banco do Estado R.Grande Sul	6,50%	USD	ACC	04.05.13	-		516	456

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**516****456****Moeda Nacional****Financiamentos**

Banco Votorantim S/A	13,42%	CDI	Capital de Giro	29.05.13	7.574	7.909	7.574	7.909
Banco Safra S/A	18,01%	CDI	Capital de giro	04.11.14	4.921	11.338	4.921	11.338
Banco do Brasil S/A	11,91%	CDI	Capital de Giro	20.08.15	-	-	-	7.836
BES - Investimento do Brasil	11,80%	CDI	Capital de Giro	31.01.13		9.581	-	9.581
Banco ABC Brasil S/A	16,05%	CDI	Capital de Giro	14.03.14		8.941	-	8.941
Banco do Estado R.Grande Sul	15,45%	CDI	Capital de Giro	03.12.16	27.984	21.925	27.984	23.064
Banco Industrial e Comercial S/A	17,31%	CDI	Capital de Giro	04.02.13	4.074	5.285	4.074	5.285
Banco Mercantil do Brasil S/A	20,14%	CDI	Capital de Giro	04.04.13	10.200	7.272	10.200	7.272
Banco Sofisa S/A	15,23%	CDI	Capital de Giro	17.10.13	1.640	5.636	1.640	5.647
Banco BVA S/A	11,57%	CDI	Capital de Giro	24.04.14	2.682	4.603	2.682	4.603
Banco Fibra S/A	13,11%	CDI	Capital de Giro	13.12.13	5.543	4.197	5.543	4.197
Banco Daycoval S/A	17,31%	CDI	Capital de Giro	26.03.13	3.861	7.188	3.861	7.188
Parana Banco S/A	18,28%	CDI	Capital de Giro	30.07.13		5.340	-	5.340
Banco Brickel S/A	16,61%	CDI	Capital de Giro	03.07.14	1.212	-	1.212	-
Outras Instituições Financ.	10,66%	CDI	diversos	diversos	370	370	370	370

70.061**99.585****70.061****108.571****Arrendamento (Leasing)**

Banco Itaú S/A	17,10%	Pré-fixada	Leasing	20.01.12	-	3	-	3
Banco Dibens	13,35%	Pré-fixada	Leasing	28.11.12	-	-	-	395
Societe Generale leasing S/A	20,41%	Pré-fixada	Leasing	24.03.13	-	-	-	788

-**3****-****1.186****Empréstimos para investimento**

Banco Santander (Brasil) S/A	9,87%	TJLP	Finame	15.11.12		905	-	905
Banco Safra S/A	17,43%	TJLP	Finame	26.01.15	269	473	269	734
Banco do Brasil S/A	7,80%	TJLP	Finame	15.05.12	-	-	-	176
Banco Sofisa S/A	10,66%	TJLP	Finame	15.10.12		252	-	252
União de Bancos Bras.S/A	9,92%	TJLP	Finame	15.12.12	-	-	-	217
Banco Catterpillar Financial	13,72%	TJLP	Finame	25.05.14	-	-	612	1.315
Banco BVA S/A - Porto (a)	17,48%	IPCA	Investimento	29.05.19	-	-	203.634	208.520
HSBC Bank Brasil S/A	11,25%	Pré-fixada	Procer	15.07.12	-	-	-	4.384
(-) Custos a apropriar s/empréstimos (b)					(590)	(1.180)	(7.985)	(9.807)

(321)**450****196.529****206.696**

Bradesco S.A. (Vendor)	13,76%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	81.951	46.097	81.951	46.097
Bradesco S.A.	14,32%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	4.761	6.776	4.761	6.776

86.712**52.873****86.712****52.873**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais					
EMPRÉSTIMOS		156.452	152.911	353.818	369.782
Circulante		(139.873)	(134.186)	(175.396)	(181.692)
Não Circulante		16.579	18.725	178.422	188.090

Debêntures

Em 27 de junho de 2011 a Battistella Administração e Participações S/A, procedeu à 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória. Em 6 de junho de 2012 foi celebrado o primeiro aditamento à Escritura de Emissão alterando determinados e condições da Emissão. Em 12 de dezembro de 2012 foi celebrado o segundo aditamento à Escritura de Emissão, a qual alterou determinadas condições da Emissão. Finalmente em 13 de dezembro de 2012, foi celebrado o terceiro aditamento à 3ª Emissão de Debêntures Simples, com significativa alteração das condições da Emissão, assim como contemplando o resgate de 60 debêntures e o alongamento dos prazos de vencimento.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Não aplicável aos contratos firmados pela Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e aos períodos findos nessas datas, as quais foram elaboradas de acordo com o IFRS, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios:

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de:					
2012		2011		2012/2011	
Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH %	
Receita líquida de vendas e serviços	820.366 -2400%	949.277 -1983%	-14%		
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(800) 2%	(661) 1%	21%		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(713.458) 2087%	(823.673) 1721%	-13%		
Lucro bruto	106.108 -310%	124.943 -261%	-15%		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Receitas (despesas) operacionais**

Vendas	(27.468)	80%	(29.018)	61%	-5%
Administrativas	(80.779)	236%	(60.674)	127%	33%
Honorários dos administradores	(3.516)	10%	(5.152)	11%	-32%
Depreciação	(7.440)	22%	(2.801)	6%	166%
Equivalência patrimonial	-		-		
Outras receitas (despesas) operacionais	59.373	-174%	2.628	-5%	2159%

	(59.830)	175%	(95.017)	198%	-37%
--	----------	------	----------	------	------

Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	4.169	-12%	5.134	-11%	-19%
Despesas financeiras	(90.578)	265%	(74.559)	156%	21%
Variação cambial líquida	(661)	2%	1.340	-3%	

	(87.070)	255%	(68.085)	142%	28%
--	----------	------	----------	------	-----

Prejuízo antes do IR e CSLL

	(40.792)	119%	(38.159)	80%	7%
--	----------	------	----------	-----	----

Imposto de renda e contribuição social

Corrente	(7.224)	21%	(10.964)	23%	-34%
Diferido	13.829	-40%	8.748	-18%	58%

Prejuízo do exercício proveniente das operações continuadas

	(34.187)	100%	(40.375)	84%	-15%
--	----------	------	----------	-----	------

Prejuízo do exercício operações descontinuadas

	(7.497)	16%	-100%
--	---------	-----	-------

Prejuízo do exercício

	(34.187)	100%	(47.872)	100%	-29%
--	----------	------	----------	------	------

Prejuízo atribuído aos:

acionistas controladores	(34.181)	100%	(47.926)	100%	-29%
acionistas não controladores	(6)		54		-111%

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011*Receita líquida de Vendas*

A receita líquida de vendas diminuiu em 14%, passando de R\$ 949.277 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 820.366 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 devido principalmente ao arrefecimento do mercado de caminhões novos.

Custo dos produtos e serviços prestados

Como percentual da receita líquida, o custo dos produtos e serviços prestados apresentou-se estável em relação à ROL: de 87% s/a Rol no exercício encerrado em 2011, para 87% s/a ROL no exercício encerrado em 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Lucro Bruto*

O lucro bruto diminuiu 15%, passando de R\$ 124.943 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 106.108 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, ficando a margem bruta em 13,17% em 2011 ante a uma margem bruta de 12,93% em 2012.

Receitas (despesas) operacionais com vendas

As despesas operacionais com vendas diminuíram em 5%, passando de R\$ 29.018 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 27.468 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Como percentual da receita líquida, as despesas operacionais com vendas passaram de 3,06% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 3,35% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Receitas (despesas) operacionais administrativas

As despesas operacionais administrativas aumentaram em 33%, passando de R\$ 60.674 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 80.779 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 em decorrência de: a) acréscimo de “Honorários Profissionais” referente contratação de consultorias advocatícias e outras consultorias para efetivação do projeto de venda das florestas; b) acréscimo nas despesas do segmento logística, dado o início da operação do Porto de Itapoá em junho de 2011. Como percentual da receita líquida, as despesas operacionais administrativas passaram de 7,23% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 11,18% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 3,95%.

Receitas (despesas) operacionais com honorários dos administradores

As despesas com operacionais com honorários dos administradores reduziram em 32 %, passando de R\$ 5.152 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 3.516 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 em decorrência, principalmente, da venda de segmentos operacionais.

Depreciação

A depreciação aumentou 166%, passando de R\$ 2.801 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 7.440 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 em decorrência, principalmente do aumento das atividades da operação portuária. Como percentual da receita líquida, a depreciação passou de 0,295 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 0,906 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de 0,611%.

Outras receitas operacionais

O resultado de outras receitas operacionais aumentou em 2159 %, passando de R\$ 2.628 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 59.373 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, principalmente, da venda dos ativos florestais, registrados nesse grupo de contas.

*Receitas financeiras***10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

As receitas financeiras diminuíram em 19%, passando de R\$ 5.134 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 4.169 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram em 21 %, passando de R\$ 74.559 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 90.578 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, principalmente, aumento da taxa de juros sobre empréstimos e a consolidação de 42% das despesas financeiras do Porto de julho a dezembro de 2011. Em 2011 o Porto de Itapoá deixou de ser pré operacional.

Variação cambial líquida

A variação cambial líquida reduziu em 49,32%, passando de R\$ 1.340 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para (R\$ 661) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, em decorrência da variação de empréstimos em moeda estrangeira.

Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro

Devido às variações das contas, acima descritas, o resultado antes dos impostos passou de (R\$ 38.159) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para (R\$ 40.792) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Como percentual da receita líquida, o lucro antes dos tributos passou de -4,02 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para -4,97 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 0,95%.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social corrente diminuiu em 34 %, passando de (R\$ 10.964) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ (7.224) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e a contribuição social passaram de - 1,16 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para -0,8806 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, uma redução de 0,279%.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidas aumentaram em 58 %, passando de R\$ 8.748 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 13.829 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e contribuição social passou de 0,9215 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 1,6857% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 0, 7642%.

Prejuízo do exercício proveniente das operações continuadas

O lucro (prejuízo) do exercício proveniente das operações continuadas passou de (R\$ 40.375) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para (R\$ 34.187) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Prejuízo do exercício proveniente das operações descontinuadas

O prejuízo do exercício proveniente das operações descontinuadas diminuiu em 100 %, passando de (R\$ 7.497) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para (R\$ 0,00) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Prejuízo do exercício

O prejuízo do exercício reduziu em 29%, passando de (R\$ 47.872) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para (R\$ 34.187) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Balanços patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	2012		2011		2012/2011
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH %
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	38.210	7,70%	21.929	4,42%	74,24%
Títulos e valores mobiliários	1.753	0,35%	6.392	1,29%	-72,58%
Contas a receber de clientes	112.697	22,71%	80.356	16,19%	40,25%
Valores a receber de arrendamento mercantil	114	0,02%	3.135	0,63%	-96,36%
Estoques	18.154	3,66%	23.147	4,66%	-21,57%
Impostos a recuperar	8.636	1,74%	4.113	0,83%	109,97%
Adiantamentos diversos	4.926	0,99%	3.204	0,65%	53,75%
Outras contas a receber	3.019	0,61%	3.407	0,69%	-11,39%
Despesas antecipadas	578	0,12%	712	0,14%	-18,82%
Ativos classificados como mantidos para venda	120	0,02%	-	0,00%	100,00%
Ativos de operações descontinuadas	-	0,00%	49.188	9,91%	-100,00%
Total ativo circulante	188.207	37,92%	195.583	39,41%	-3,77%
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	-	0,00%	4.375	0,88%	-100,00%
Valores a receber de arrendamento mercantil	-	0,00%	147	0,03%	-100,00%
Depósitos judiciais	2.891	0,58%	2.881	0,58%	0,35%
Impostos a recuperar	18.065	3,64%	19.729	3,97%	-8,43%
Impostos diferidos	31.595	6,37%	18.038	3,63%	75,16%
Outras contas a receber	24.580	4,95%	127	0,03%	19254,33%
Investimentos	38	0,01%	37	0,01%	2,70%
Imobilizado	227.445	45,82%	251.649	50,70%	-9,62%
Propriedade para investimento	2.107	0,42%	2.169	0,44%	-2,86%
Ativo biológico	-	0,00%	68.469	13,79%	-100,00%
Intangível	1.408	0,28%	1.789	0,36%	-21,30%
Total ativo não circulante	308.129	62,08%	369.410	74,43%	-16,59%
Total do Ativo	496.336	100,00%	564.993	113,83%	-12,15%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanços patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2012 e 2011***(valores expressos em milhares de reais)*

	2012		2011		2012/2011
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH %
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	14.113	117,85%	10.520	59,95%	34,15%
Empréstimos e financiamentos	175.396	1464,68%	181.692	1035,46%	-3,47%
Debêntures	10.025	83,72%	14.859	84,68%	-32,53%
Obrigações sociais e trabalhistas	7.526	62,85%	7.862	44,81%	-4,27%
Parcelamentos federais - PAES e REFIS	1.298	10,84%	2.397	13,66%	-45,85%
Obrigações tributárias	6.943	57,98%	3.704	21,11%	87,45%
Dividendos a pagar	303	2,53%	575	3,28%	-47,30%
Credores diversos	12.480	104,22%	3.428	19,54%	264,06%
Recursos a devolver a consorciados	1.857	15,51%	1.970	11,23%	-5,74%
Adiantamentos de clientes	5.800	48,43%	5.273	30,05%	9,99%
Passivos associados a operações descontinuadas	-	0,00%	33.337	189,99%	-100,00%
Total Passivo Circulante	235.741	1968,61%	265.617	1513,75%	-11,25%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	178.422	1489,95%	188.090	1071,92%	-5,14%
Debêntures	79.086	660,43%	103.715	591,07%	-23,75%
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	31.199	260,53%	9.152	52,16%	240,90%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	67	0,56%	540	3,08%	-87,59%
Obrigações sociais e tributárias	6.470	54,03%	3.321	18,93%	94,82%
Parcelamentos federais - PAES e REFIS	11.975	100,00%	17.547	100,00%	-31,75%
Credores diversos	18.690	156,08%	7.544	42,99%	147,75%
Total Passivo não Circulante	325.909	2721,58%	329.909	1880,14%	-1,21%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	151.556	1265,60%	151.556	863,71%	0,00%
Reserva de capital	1.254	10,47%	1.254	7,15%	0,00%
Reservas de lucro	19.094	159,45%	19.094	108,82%	0,00%
Lucros (prejuízos) acumulados	(237.218)	-1980,94%	(203.065)	-1157,26%	16,82%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído a participação dos acionistas controladores	(65.314)	-545,42%	(31.161)	-177,59%	109,60%
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores	-		628	3,58%	-100,00%
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(65.314)	-545,42%	(30.533)	-174,01%	113,91%

10. Comentários dos diretores / 10.1 – Condições financeiras/patrimoniais

Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	496.336	564.993	-12,15%
--	---------	---------	---------

Ativo Circulante

O ativo circulante diminuiu 3,77%, passando de R\$ 195.583 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 188.207 em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- a) Aumento de 74% em caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 21.929 em 2011 para R\$ 38.210 em 2012, em decorrência principalmente do aumento do valor das aplicações financeiras do segmento logística (Portinvest e Itapoá);
- b) Aumento de 40,25% em contas a receber de clientes, de R\$ 80.356 em 2011 para R\$ 112.697 em 2012, em decorrência principalmente de aumento de faturamento no segmento veículos pesados;
- c) Redução de 21,57% em estoques, de R\$ 23.147 em 2011 para R\$ 18.154 em 2012, em decorrência principalmente de redução do estoque de matéria prima e baixa de adiantamentos para compra de estoque;
- d) Redução de 100% em Ativos de Operações Descontinuadas, de R\$ 49.188 em 2011 para R\$ 0,00 em 2012, finalizando os reflexos da venda da empresa Battistella Distribuidora.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um decréscimo de 16,59%, passando de R\$ 369.410 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 308.129 em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- a) Redução de 8,43% em impostos a recuperar, de R\$ 19.729 em 2011 para R\$ 18.065 em 2012, em decorrência principalmente da utilização desses créditos durante o período;
- b) Redução de 100 % em ativo biológico, de R\$ 68.469 em 2011 para R\$ 0,00 em 2012, em decorrência da venda do segmento florestal.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante reduziu em 11,25%, passando de R\$ 265.617 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 235.741 em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- a) Aumento de 34,15% em fornecedores, de R\$ 10.520 em 2011 para R\$ 14.113 em 2012;
- b) Redução de 3,47% em empréstimos, passando de R\$ 181.692 em 2011 para R\$ 175.396 em 2012;
- c) Redução de 32,53% em debêntures, de R\$ 14.859 em 2011 para R\$ 10.025 em 2012;
- a) Aumento de 264 % em credores diversos, de R\$ 3.428 em 2011 para R\$ 12.480 em 2012. Isto, em decorrência principalmente de dívida de acordo firmado com Codema e Suvesa (vendas para Scania em 2001),

saldo a pagar pela aquisição de ações de não controladores da empresa Mobasa e saldo a pagar pela Itapoá pela aquisição de terreno.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d) Redução de 100% em passivos associados a operações descontinuadas, de R\$ 33.337 em 2011 para R\$ 0,00 em 2012, em decorrência da finalização dos impactos da classificação das contas da Battistella Distribuidora como “operações descontinuadas” em atendimento ao CPC 31 .

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante reduziu em 1,21%, passando de R\$ 329.909 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 325.909 em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

b) Redução de 5% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 188.090 em 2011 para R\$ 178.422 em 2012, em decorrência de quitação de parcelas do não circulante;

c) Redução de 23,75% em debêntures, de R\$ 103.715 em 2011 para R\$ 79.086 em 2012, em decorrência de quitação de parcelas do não circulante;

d) Aumento de 147,75% em credores diversos, de R\$ 7.544 em 2011 para R\$ 18.690 em 2012. Isto, em decorrência principalmente de dívida de acordo firmado com Codema e Suvesa (vendidas para Scania em 2001), saldo a pagar pela aquisição de ações de não controladores da empresa Mobasa e saldo a pagar pela Itapoá pela aquisição de terreno.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) aumentou em 113,91%, passando de (R\$ 30.533) em 31 de dezembro de 2011 para (R\$ 65.314) em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, do aumento do prejuízo do exercício de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 – Resultado Operacional e Financeiro****a) Resultados das operações do emissor, em especial:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Conforme descrito na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012, as linhas da demonstração de resultado são segmentadas em:

(i) Florestal, que compreende as atividades de silvicultura, logística florestal, e industrialização de componentes de madeira; (ii) Veículos pesados, que envolve as atividades relacionadas a veículos novos Scania, veículos seminovos e peças e serviços; e (iii) Logística Porto, que engloba as atividades desempenhadas pelo porto para logística de *contêineres*.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A principal variação da receita entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi decorrente do decréscimo da receita líquida em virtude do arrefecimento do mercado de caminhões novos, em virtude do processo de transição do modelo euro 3 para euro 5, o que aumentou os preços dos caminhões fabricados no país e que levou a uma procura muito grande em 2011, antecipando, na tentativa de evitar o custo mais elevado em 2012.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Todas as receitas sofrem impacto direto da inflação. Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia foi capaz de efetuar o repasse de grande parte da inflação, mediante a correção dos preços dos produtos e serviços.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

O desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que a Companhia possui uma parcela relevante dos custos e despesas operacionais incorrida em reais e tais custos e despesas são reajustadas pela composição de diversos índices de inflação, tais como Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”) e Índice Nacional De Preços ao Consumidor (“INPC”).

Os indicadores que impactam o endividamento são TJLP (BNDES-FINAME) e CDI (empréstimos bancários e debêntures).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:****a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Como parte do Projeto de venda do segmento florestas, em junho de 2012 foram realizadas algumas operações com a finalidade de concentrar todos os ativos que foram alienados, na empresa Modo Battistella Reflorestamento S/A – (“Mobasa”), pois ela já detinha a maior parte dos ativos florestais:

A Companhia realizou operação de “recompra” das florestas Santa Ursula e Santa Luzia que compunham saldo a receber da empresa Pyatov pelo valor de US\$ 1.500.000 (mesmo valor que anteriormente havia sido vendido). A operação anterior que deu origem a esse saldo devedor ocorreu em dezembro de 2010, quando a Companhia vendeu 100% das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que formam o capital social da Sociedade denominada Vale Rio Canoas Silvicultura e Extração S/A. Os ativos dessa empresa estavam compostos por árvores de pinos e outras espécies, localizadas nos municípios de Bocaina do Sul, Correia Pinto, Bom Retiro, Otacílio Costa e Capão Alto, todos no Estado de Santa Catarina. A venda foi efetuada pelo valor de US\$ 23.100.000 à Sociedade Pyatov Participações Ltda., dos quais estava pendente um saldo remanescente a receber no valor de US\$ 1.500.000, então registrados na conta devedores diversos, referentes as florestas objeto da recompra (Santa Ursula e Santa Luzia).

Foi realizada operação de “dação em pagamento” pela Battistella Administração e Participações S/A (devedora) para Battistella Indústria e Comércio Ltda.(credora), com transferência das florestas Santa Ursula e Santa Luzia, pelo valor de R\$ 3.061 (valor de livros), dando assim quitação parcial de dívida existente entre as empresas (o saldo em aberto em 31 de maio de 2012 era R\$ 13.051), restando um saldo de R\$ 9.991 naquela data. Tendo em vista que foi utilizado valor de livros nessa transação, nenhum ganho ou perda foi registrado nas empresas.

Foi realizada operação de “Dação em pagamento” pela Battistella Administração e Participações S/A (devedora) para Battistella Indústria e Comércio Ltda. (credora), com transferência de 1.614.007 ações da Mobasa correspondente a 6,4967% do capital social pelo valor de R\$ 9.991 (valor de livros), dando assim quitação no saldo existente da dívida entre as empresas.

Foi realizada operação de “Dação em pagamento” pela Battistella Indústria e Comércio Ltda. (devedora) para Modo Battistella Reflorestamento S/A – Mobasa (credora), com transferência das florestas Santa Ursula e Santa Luzia, pelo valor de R\$ 3.061 (valor de livros) dando quitação parcial do saldo de mútuo existente entre as empresas, conforme nota explicativa 11.

Em 1 de outubro de 2012, com o objetivo de concentrar as ações da Mobasa na Battistella Indústria e Comércio Ltda. (“BIC”), houve transferência das ações entre as empresas, a qual

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

ocorreu através da emissão de 142.707 quotas sociais subscritas e integralizadas pela sócia, aumentando o capital da BIC em R\$ 142.707.

Em 26 de outubro de 2012, a BIC celebrou contrato com a empresa Rio Negrinho Participações S/A, efetivando a venda da totalidade das ações de emissão da MOBASA de sua titularidade, que representava, aproximadamente 99,30% do capital social e votante daquela empresa, a um preço de aquisição no valor de R\$ 175.000. O fechamento do Contrato, naquela data, ainda estava sujeito a condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme fato relevante publicado na referida data.

Por ocasião da venda da MOBASA, a Companhia apurou ganho no valor de R\$ 87.700, decorrentes da diferença entre o valor contábil do investimento, que era de R\$ 87.300, e o valor de venda do mesmo, de R\$ 175.000.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 1º de agosto de 2012 foi encerrada a empresa Battistella Administradora de Bens Ltda, que naquela data possuía Patrimônio Líquido de R\$ 9 sendo que a responsabilidade pelo ativo e passivo porventura superveniente fica a cargo da ex-sócia Battistella Administração e Participações S/A, que manterá também a guarda da documentação da empresa. Cada um dos sócios recebe, na data do Distrato, citada acima, o valor correspondente a sua participação no patrimônio líquido da sociedade.

Em 27 de junho de 2012 foi encerrada a empresa Rio Passaúna Administradora de Bens Ltda, a qual naquela data possuía Patrimônio Líquido de R\$ 1, sendo que a responsabilidade pelo ativo e passivo porventura superveniente fica a cargo da ex-sócia Battistella Administração e Participações S/A, que manterá também a guarda da documentação da empresa. Cada um dos sócios recebe, no ato do Distrato, citado acima, o valor correspondente a sua participação no patrimônio líquido da sociedade.

c) Eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas por nós.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças nas práticas contábeis/Ressalvas e ênfases****a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações em nossas práticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Na opinião da auditoria independente, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Sem ressaltar sua opinião, os auditores independentes chamaram a atenção para o fato que a Companhia tem apresentado prejuízos operacionais, bem como elevado nível de endividamento e consequente redução de capital de giro. Para reversão desta situação, a Companhia vem reestruturando o perfil do seu endividamento financeiro, alienou parcela significativa de suas atividades do setor florestal e está descontinuando operações deficitárias. Com relação a sua controlada em conjunto Itapoá Terminais Portuários S/A, o incremento de suas operações bem como sua continuidade operacional, dependem da manutenção do apoio financeiro proveniente de seus acionistas ou da obtenção de financiamento adicional com recursos de terceiros, até que o nível de movimentação portuária atinja um volume suficiente ao seu equilíbrio econômico financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião da auditoria não está ressalvada em função desse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando de acordo com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional adotada e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foram preparadas com base nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis baseando-se no pronunciamento CPC 36 (IAS 27) – Demonstrações Consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da empresa Itapoá Terminais Portuários S/A estão consolidados de forma proporcional na empresa Portinvest Participações S/A (“Itapoá”, “Porto” ou “controlada em conjunto”), a qual detem 70% do capital daquela empresa. Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da empresa Portinvest Participações S/A (“Portinvest”) estão consolidados de forma proporcional na empresa Battistella, que detem 60% do capital da Portinvest .

Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.
- Mais especificamente, no caso da venda de caminhões e ônibus, a receita de vendas é reconhecida quando tais produtos são entregues aos clientes, e a titularidade legal do ativo é transferida.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- As receitas decorrentes das vendas de outros produtos são reconhecidas quando da entrega e transferência legal da titularidade dos mesmos.

Serviços

As receitas por serviços de assistência técnica, prestados são reconhecidas no resultado do exercício por ocasião da conclusão total da prestação do serviço, não havendo qualquer incerteza sobre a sua aceitação pelo cliente.

No Porto, a receita de serviços é reconhecida a medida que a movimentação dos contêineres é efetuada ou a medida que o tempo de armazenagem transcorre. Quando há incerteza com relação a mensuração dos serviços ou a materialização dos benefícios futuros, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contrato de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A Companhia como arrendatária

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**Contas a receber**

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise do percentual histórico de perda dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A Companhia efetua o cálculo do ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, sobre as operações de longo e curto prazo, quando houver efeito relevante. A taxa de desconto utilizada reflete o efeito do dinheiro no tempo e toma como base taxas de mercado.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, conforme a classificação dos ativos e passivos financeiros.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

Tributação

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, com exceção da Modo Battistella Reflorestamento S.A. – MOBASA que apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

Imobilizado

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais relativos ao processo de construção e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custo dos Empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme descrito na nota explicativa 13, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Propriedade para investimentos

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. O valor refere-se a prédios e barracões que constituem uma fábrica de produtos de madeira, situada no município de Lages – SC, de propriedade da Controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. A vida útil remanescente representa em média 33 anos, ou seja, uma depreciação média de 3% ao ano. O valor justo foi determinado com base em laudo de avaliação preparado por empresa terceirizada, e aproxima-se do valor contábil registrado em 2011 e 2012.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativo biológico

Os ativos biológicos corresponderam a florestas de pinus, quando estas eram destinadas para produção de madeira serrada, além de venda para terceiros, quando exauridos. O processo de manejo florestal, colheita e replantio para plantios novos tinha um ciclo aproximado de 20 anos, variável com base na cultura e material genético a que se referia. Os ativos biológicos foram mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 14.

A mensuração dos ativos biológicos foram feitas semestralmente, desde que não houvessem indicativos ou indícios de mudanças significativas pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorreram, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo foi determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Classificam-se como ativos financeiros as quatro categorias a seguir:

- ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, mostrando separadamente (i) aqueles designados dessa forma no reconhecimento inicial e (ii) os classificados como mantidos para negociação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- investimentos mantidos até o vencimento;
- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros disponíveis para venda;

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

Tiver sido adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou

Se o reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

- Seja um derivativo não designado como um instrumento de “hedge” efetivo.
- Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:
- Se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- Se o ativo financeiro fizer parte de uma Companhia, gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- Se o desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Se fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.
- Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica “Receita Financeira”, na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, e adiantamentos diversos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório, caso sejam identificados indicadores de redução do valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos incluem a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio***Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio***

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas***Passivos financeiros***

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Empréstimos e Recebíveis”.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para recompra no curto prazo;
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- O passivo financeiro seja parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Despesas Financeiras”, na demonstração do resultado. O passivo financeiro nessa categoria, trata-se basicamente, de swap de taxa de juros.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Baixa de passivos financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia efetua baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de taxa de juros e de moedas. A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente do negócio da Companhia que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está mantida para venda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração dos fluxos de caixa são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo.

Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Lucro básico por ação

A Companhia apura o saldo de lucro por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício as ações ordinárias emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período.

Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a obrigação contratual da Companhia manter esses ativos até o vencimento.

Principais fontes de incertezas nas estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras,

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:****a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Nossos procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis para fins externos em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo CPC. Os principais objetivos dos nossos controles internos são:

- Manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos nossos ativos e passivos;
- Fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as nossas receitas e despesas estão sendo reconhecidas somente de acordo com as autorizações da nossa administração; e
- Fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada de nossos ativos que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

Os nossos diretores entendem que nossos procedimentos e sistemas de controles internos são adequados e suficientes e foram desenvolvidos e implementados de forma a permitir a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis e precisas. Ademais, até o momento não foram detectadas imperfeições em nossos controles internos. Não obstante, nossos diretores buscam o aperfeiçoamento constante de referidos procedimentos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No exame das nossas demonstrações financeiras e das nossas controladas, os nossos auditores independentes conduziram o exame de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras, foram selecionados procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas nossas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, foram obtidos entendimentos sobre nós e nosso ambiente, o que incluiu a análise de nossos controles internos, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados, mas não para fins de que nossos auditores independentes expressassem opinião sobre a eficácia de nossos controles internos.

Neste contexto, as deficiências identificadas pelos auditores foram analisadas por nossa administração, que adotou plano de ação para corrigi-las. De qualquer modo, na avaliação de nossa administração, nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:****a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados:**

Em 27 de junho de 2011 a Companhia realizou uma oferta pública com esforços restritos de 240 (duzentos e quarenta) debêntures no valor total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). Os recursos obtidos por meio deste oferta foram utilizados para: (i) o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 2ª emissão da Companhia; e (ii) para o refinanciamento de dívidas da Companhia.

Em 10 de dezembro de 2012 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie Com Garantia Real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Companhia, que aprovou, dentre outras matérias: o resgate antecipado de sessenta debêntures, efetivado mediante o pagamento de R\$ 30.000 de modo que o valor nominal final das Debêntures devido pela Companhia passou a ser de R\$ 90.000 de principal; a prorrogação do prazo das debêntures passou a ter cinco anos de vigência com carência de 01 ano com vencimento em 10 de dezembro de 2017 e juros remuneratórios de CDI + 4,5 % a.a.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não houve desvios relevantes das aplicações dos recursos apresentadas na oferta pública de emissão de debêntures com esforços restritos realizada.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável à Companhia uma vez que não houve desvios na aplicação dos recursos captados.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Até a presente data, a Companhia não tinha quaisquer passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar as suas operações. A Companhia não possui subsidiárias nas quais detém participação majoritária ou controles sobre suas operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.